

# **Cidades do Agronegócio no Estado de São Paulo: Reflexões acerca das Migrações Internas Brasileiras em Décadas Recentes<sup>1</sup>**

Giovana Gonçalves Pereira \*

## **Resumo**

O presente artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas no projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosana Baeniger e, objetiva debater a respeito dos movimentos migratórios existentes no interior do Estado de São Paulo vinculados aos trabalhos rurais no corte de cana de açúcar e na colheita da laranja. Para tanto, foram realizadas pesquisas de campo no interior do Estado do Piauí e na Região Central de São Paulo entre 2010 e 2013, de forma simultânea, ao levantamento de dados sociodemográficos e econômicos destes locais. Almeja-se, neste sentido, a apreensão do fenômeno migratório como resultante da transformação do território brasileiro, particularmente a partir da década de 1960, em decorrência da modernização agrícola. Enquanto que em 1980, com o processo de interiorização da indústria paulista visualizam-se novos fluxos migratórios redirecionados agora para o interior do Estado. Em síntese, procura-se demonstrar a inter-relação e codependência entre o segmento de trabalhadores migrantes rurais e a agroindústria paulista.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino Americana de População, realizado em Lima-Peru, de 12 a 15 de agosto de 2014.

\* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas- Brasil. Email: [giovana.ggp@gmail.com](mailto:giovana.ggp@gmail.com)

## Introdução

A concepção da clássica dualidade e contraposição entre o urbano e o rural não abarca as modificações ocorridas em ambos os espaços em decorrência das distintas transformações verificadas no país a partir da década de 1960, como: a modernização da agricultura impulsionada pelo governo militar, em conjunto, a expansão capitalista da fronteira econômica e a repressão dos movimentos sociais (Wanderley, 2011: 20). Concebe-se que processo de urbanização, iniciado nas décadas de 1940 e 1950 é relacionável ao fenômeno da globalização fundamentado no aumento da circulação de produtos, ideias, mercadorias e pessoas (Elias, 2003: 42), se associando, de mesma forma, a reorganização dos espaços rurais a partir da inserção de instrumentos tecnológicos e de capital que almejavam o aumento da produtividade, bem como, a especialização da produção agrícola. Sob este panorama, constatamos a existência de uma “*modernização conservadora*” (Martine, 1991; Cano, 2006) guiada para o beneficiamento das culturas exportáveis, tais como: a laranja, a cana de açúcar, a soja, o algodão e o cacau. Visualiza-se, neste contexto, a convivência e interdependência, no mundo rural, de distintos atores e meios de produção representados pelas figuras dos trabalhadores rurais, pequenos produtores, e dos Complexos Agroindustriais (Pereira e Troiano, 2013).

Os movimentos migratórios inter-regionais e o êxodo rural, perante esta conjuntura, se articulam ao processo de urbanização brasileira em conjunto ao avanço e consolidação da industrialização na década de 1960 (Cano, 2002: 294). Assim, entre os anos 70 e 80, assistimos uma intensificação dos deslocamentos rurais-urbanos no país de forma conjugada ao assalariamento rural. Baeninger (2011: 73) pontua que no século XX as migrações internas foram as responsáveis pela reorganização da população no território nacional, sendo as vertentes da industrialização e as fronteiras agrícolas responsáveis pela construção dos eixos da dinâmica da distribuição espacial populacional no âmbito interestadual. Ainda de acordo com Baeninger (2011: 75), as tendências da migração interna brasileira na década de 1990 apontavam que: *i.* os fluxos migratórios de longa distância se reduziram, especialmente, os que se dirigiram às fronteiras agrícolas; *ii.* os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal continuaram representando áreas de absorção de fluxos de longa distância; *iii.* ocorreu uma recuperação migratória no âmbito intra-regional dos “espaços perdedores” no campo nacional, particularmente dos Estados Nordestinos; e, finalmente *iv.* o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no campo inter-regional e intra-regional, com a maioria dos Estados se tornando “ganhadores” de população, mesmos que tais ganhos sejam inseridos dentro de contextos regionais específicos. Já nas décadas recentes, principalmente a partir dos anos 2000, com o surgimento de *novos espaços da migração*, verificamos que a migração tornou-se um fenômeno cada vez mais complexo e menos generalizável.

De fato como sinaliza De Hass (2008), em razão do caráter heterogêneo da migração, muitas vezes, as abordagens normativas não necessariamente corresponderão à realidade, portanto, não é possível afirmar a existência de uma teoria generalista. A principal dificuldade se encontra na complexidade e diversidade do fenômeno, assim como, na inviabilidade de separar a migração de processos socioeconômicos e políticos. Deste modo, a utilização simultânea de distintas abordagens teóricas e metodológicas é possível e inclusive recomendada. Póvoa-Neto e Ferreira (2005: 9), igualmente, pontuam que os estudos migratórios possuem uma ampla abertura para abordagens multidisciplinares e grandes desafios. Domenach e Picouet (1990), por sua vez, já postulavam a dificuldade em definir a migração somente pelo quesito “mudança de residência” presente na maioria dos censos demográficos latino-americanos. De acordo com Martine (1980: 964), as informações contidas nos registros censitários são apenas “resíduo momentâneo” do processo migratório

que opera, na maioria dos casos, em um curso constante. O fluxo migratório que será delineado nas próximas seções se define a partir do conceito de *migração permanentemente temporária* cunhado pela socióloga e pesquisadora brasileira Maria Aparecida de Moraes Silva, inicialmente nos anos 1990 em seu livro “Errantes do fim do Século” (1999). Ao estudar os processos de expropriação e exploração de trabalhadores rurais na Região de Ribeirão Preto/SP, Silva percebeu que o deslocamento espacial destes indivíduos se caracteriza pelo constante ir e vir entre os locais de origem e de destino (2008: 174). Tal conceito se fundamenta no caráter de reversibilidade do evento migratório, dialogando intimamente, com as observações de Baeninger (2011: 76) sobre a existência do fenômeno da reversibilidade das migrações internas tanto nas áreas de origem (*vai-e-vem*) como nas áreas de destino (migração de retorno).

Isto posto para a captação e caracterização do fenômeno migratório é necessário a utilização de fontes alternativas e conhecimento de fontes de dados secundárias não tradicionais. Inicialmente foram utilizados os dados referentes ao Cadastro Único das famílias brasileiras<sup>2</sup> (CadÚnico) referente ao programa federal Bolsa-Família com o intuito de caracterização inicial e exploratória destes indivíduos (Pereira e Pereira, 2011; Pereira, 2013). Com esse levantamento obtemos a localização espacial destes indivíduos no local de destino estudado, bem como, as informações socioeconômicas de famílias envolvidas no processo migratório. Além disso, dada à íntima e intensa relação estabelecida entre os locais de origem e destino julgaram-se indispensável à realização de visitas a campo em ambas as localidades estudadas, com destaque para as cidades de Matão/SP, Dobrada/SP, e São Carlos/SP localizadas na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo e que figuram como os *locais de destino* e, nos municípios de Picos/PI e Jaicós/PI localizados na Microrregião do Alto Médio Canindé ao Sudeste do Estado do Piauí representantes dos *locais de origem*.

A escolha da Região Administrativa Central paulista<sup>3</sup> como campo de estudo se fundamenta na compreensão da mesma, em conjunto a Região Administrativa de Ribeirão Preto<sup>4</sup>, como área privilegiada de observação de formação e consolidação do agronegócio no país. Ademais, a formação socioeconômica desta se vincula inicialmente a expansão das estradas de ferro no período da cafeicultura e que atualmente se desenvolve vis-à-vis às malhas rodoviárias com o escoamento e circulação de mercadorias e pessoas associadas ao agronegócio citrícola e sucroalcooleiro. Por fim, analisaremos brevemente na seção seguinte algumas características referentes à formação econômica e histórica do Brasil frente às migrações internas, urbanização, e, dos Complexos Agroindustriais.

---

<sup>2</sup> O CadÚnico é um instrumento de identificação das e caracterização das famílias de baixa renda, ou seja, daquelas que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo (R\$362) por pessoa, ou uma renda familiar que totalize mensalmente até três salários mínimos (R\$ 2.172). Este cadastro permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias, bem como, sua estrutura familiar, características da residência e acesso a serviços públicos essenciais (Maiores informações: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>)

<sup>3</sup> A Região Administrativa Central se apresenta como uma área de governo criada pelo poder executivo estadual em 1990 e reúne 26 municípios, sendo as maiores cidades: São Carlos/SP, Araraquara/SP e Matão/SP. A Região Central subdivide-se em duas regiões de governo, a saber: Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos.

<sup>4</sup> A Região Administrativa de Ribeirão Preto se configura de mesma forma como uma área de governo, reunindo 25 municípios que concentram mais de um milhão de habitantes, sendo as maiores cidades: Ribeirão Preto e Sertãozinho, igualmente marcadas pelo agronegócio.

# **1. Entre o partir e o chegar: a *Migração ‘permanentemente’ temporária* nas Cidades do Agronegócio**

## **1.1. Migração, Urbanização e Modernização Agrícola no Brasil**

A sociedade brasileira passou por intensas mudanças entre os anos de 1945 e 1980 com a passagem de uma sociedade essencialmente agrária para uma sociedade majoritariamente urbana (Faria, 1991: 102). A consolidação da sociedade urbano-industrial brasileira se dá a partir da modernização da agricultura iniciada na década de 1960 com o auxílio do Estado que objetivava a modificação dos processos de produção tradicionais a partir da mudança da base técnica com a inserção de máquinas, equipamentos e insumos produtivos (Wanderley, 2011: 30). A partir da década de 1970, seguindo a tendências das mudanças anteriores cunhadas na dinâmica do mercado externo, a agricultura nacional passa por um profundo processo de transformação, denominado “industrialização do campo”, no qual a lógica do modo de produção industrial se estende para o campo (Martine e Camargo, 1984: 123).

Contudo, com a formulação de um padrão de viabilidade econômica que trouxe em seu cerne a consolidação do mercado de produtos agrícolas beneficiando o consumo urbano ao mesmo tempo em que insumos industriais são criados para a empresa agropecuária, observou-se igualmente a existência de um processo altamente seletivo que atingia somente certas unidades produtivas localizadas em áreas localizadas em espaços econômicos privilegiados (Martine, 1991; Wanderley, 2011). Em vista disso, ocorre a intensificação da tendência especulativa que corrobora para a concentração da propriedade da terra de forma mais acentuada modificando, simultaneamente, a relação de produção no campo e, o conseqüente aumento do êxodo rural. Em outras palavras, presenciou-se o crescimento das grandes propriedades que, em detrimento as pequenas propriedades, reduziram a gama de oportunidades de trabalho para lavradores e trabalhadores rurais (Martins, 1982: 40). A concentração de renda e de terras na América Latina traz a tona um cenário preocupante dado que a pobreza afeta em grande escala a população rural localizada, na maioria das vezes, nos países em desenvolvimento (Leite e Ávila, 2007: 782).

Sob este contexto, os estudos acerca das migrações brasileiras até a década de 1980 se fundamentavam na correlação entre os deslocamentos espaciais e a urbanização (Brito, 2009:12). A partir da década de 1980, o Brasil passa a sofrer profundas transformações a partir da internacionalização da economia e conseqüente reestruturação produtiva. Entre os anos 1970 e 1980 o país vivencia um intenso processo de aceleração das inovações tecnológicas, conjugado, a exacerbação da concentração empresarial e das mudanças nos paradigmas de governança (Laplaine, Coutinho e Hiratuka, 2003). Ainda na década de 1980, se configura a nova fase da modernização da agricultura associada à constituição dos complexos agroindustriais, em conjunto ao advento do capital financeiro, que caracteriza a caificação do padrão agrícola (Martine, 1991). Neste momento, de acordo com Brito (2009, 14), “a economia e a sociedade não exigiam mais uma transferência inter-regional do excedente populacional como aconteceu no terceiro quartel do século passado”. No entanto, apesar da redução dos grandes volumes de trocas migratórias inter-regionais, percebe-se a tendência de redirecionamento dos fluxos, e a modificação do paradigma, assim tanto o processo migratório quanto o migrante não podem mais ser compreendidos a partir do mesmo paradigma enunciado antes de 1980 (Brito, 2009: 17).

A crescente mobilidade do capital, o advento das novas tecnologias industriais, os avanços das comunicações e do transporte figuram de forma crucial tanto nas transformações que ocorrem dentro da organização produtiva, quanto no plano internacional ou no interior dos

países. Com isso, observamos importantes alterações nos mercados laborais, por meio do aumento dos trabalhos informais, do desemprego e da demanda por distintos níveis de capacitação dos trabalhadores (Lattes, 1995: 253). De forma simultânea, surgem novos padrões migratórios, especialmente os do tipo temporário e circulares que reforçam a presença de uma população flutuante que não estabelece vínculos de pertencimento.

No mesmo sentido, o aumento da seletividade em décadas recentes nas migrações tanto no momento da partida quanto da manutenção do migrante no destino se associa as barreiras econômicas, sociais, ao nível educacional e as políticas ao livre movimento dos migrantes internos (Martine, 1980; Brito, 2009). Ademais, verifica-se o descolamento da mobilidade social e da mobilidade espacial no padrão migratório após os anos de 1980. Não obstante, a percepção do desenvolvimento econômico como plano de fundo para a compreensão dos movimentos migratórios, assim como, a centralidade dos fluxos direcionados do rural para o urbano e a abertura de uma perspectiva da migração urbano-urbano e das economias formais e informais (Vignoli, 2011), ainda se fazem essenciais.

Baeninger (2012), por sua vez, salienta que as migrações internas se redesenharam na nova ordem internacional, neste sentido, a reconstrução histórica das migrações internas brasileiras se baseia até o final do século XX nos processos internos relacionados à dinâmica econômica e a penetração do capitalismo em âmbito nacional, bem como, as migrações rurais urbanas, ao processo de industrialização, a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva e ao processo de urbanização. Atualmente, para a autora, com a inserção do Brasil no cenário econômico mundial, especialmente, a partir dos anos 2000, vislumbram-se especificidades perante as complementaridades regionais no fenômeno migratório brasileiro. Portanto, se faz necessário a incorporação de transformações provenientes da nova divisão social do trabalho, simultaneamente, a busca de novas explicações acerca das migrações internas além dos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica econômica (Baeninger, 2012: 10).

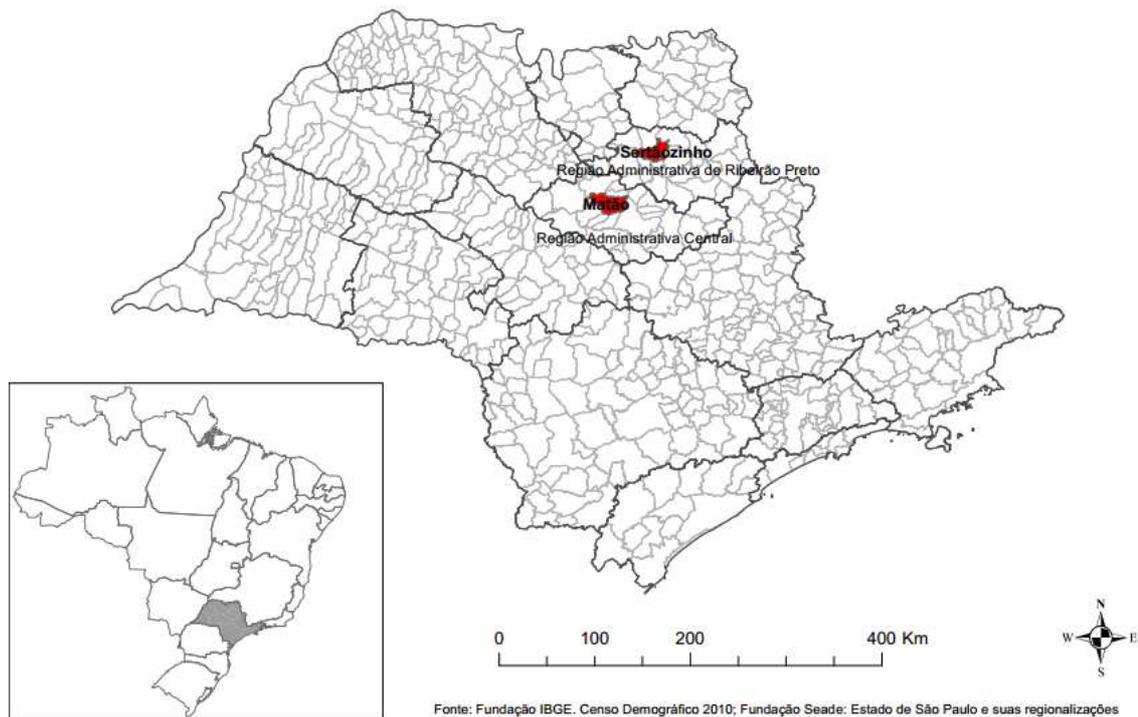
## **1.2. As “Cidades do Agronegócio” no Interior do Estado de São Paulo e sua interface com os deslocamentos espaciais de Trabalhadores Rurais.**

Em síntese, no Brasil, e em grande parte da América Latina, a distribuição espacial se relacionou ao dinamismo econômico, a urbanização, e, de mesmo modo, às alterações ocorridas no campo por meio do progresso científico e tecnológico da agricultura através da mecanização dos processos de produção agrícola e da inserção dos avanços científicos da química e da genética visando o aumento da produção e a maior instrumentalização do espaço do homem (Santos, 2012). Contudo, se anteriormente a migração se associava a possibilidade de mobilidade social (Durham, 1984), atualmente, ela se apresenta como estratégia de sobrevivência e reprodução social dos indivíduos (Menezes, 2009).

Mais especificamente no caso do interior do Estado de São Paulo, a modernização da agricultura na década de 1960, proporcionou o surgimento de grandes usinas de açúcar e álcool (Silva, 2008: 166) e da indústria processadora de suco de laranja (Paulillo, Almeida e Mello, 2008). Temos que o processo de modernização da agricultura, como já explicitado anteriormente, é responsável pelo aumento do êxodo rural, e, pelo advento das migrações temporárias vinculadas ao período da safra das culturas da cana e da laranja na Região Central paulista. A difusão do *agronegócio*, que em outrora representava o *latifúndio*, se dá de forma socialmente e espacialmente excludente (Elias e Pequeno, 2007). O modelo de produção do agronegócio possui uma forte integração com a economia urbana e reconfigura as relações entre o campo e a cidade (Elias, 2006). Neste sentido, para Elias e Pequeno (2007), no século XXI ocorre a queda da tradicional divisão entre Brasil Urbano e Brasil Rural, de forma que o

urbano passa, em muitos casos, a ser extensão do rural e vice-versa. Ou seja, teríamos uma divisão do Brasil urbano com áreas agrícolas e o Brasil Agrícola com áreas urbanas (Elias, 2003). Sob este cenário surgem as *Cidades do Agronegócio*, anteriormente denominadas *Cidades do Campo*, representadas pelas cidades de Matão/SP e Sertãozinho/SP (Elias, 2003), cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado se fazem hegemônicas perante as demais funções, visto que ambas desenvolveram a partir das atividades agrícolas e agroindustriais circundantes (Elias e Pequeno, 2007:6), salienta-se que urbanização destas cidades se dá graças à consecução e expansão do agronegócio na região.

**Mapa 1: Localização geográfica das Região Administrativa Central, da Região Administrativa de Ribeirão Preto e das Cidades do Agronegócio paulistas.**



**Elaboração: DEMETRIO, N. B.**

A Região de Ribeirão Preto<sup>5</sup>, em âmbito nacional, se apresenta como uma das primeiras a ser exposta a modernização, Elias (2003: 53) destaca que o dinamismo econômico regional se inicia na produção cafeeira no século XIX quando figurava como a principal produtora de café do Estado. Com a substituição, pelo menos parcial, das lavouras do café pela cultura da cana de açúcar e da laranja, especialmente na Região Central, observou-se a modificação dos espaços rurais paulistas a partir do fortalecimento de uma produção compassada com o desenvolvimento industrial (Maciel, 2013: 58). Assim, a tendência de prevalência da produção das culturas da laranja e da cana de açúcar tanto na Região Administrativa Central quanto na Região Administrativa de Ribeirão Preto é facilmente perceptível ao longo dos anos, como nos mostra os quadros a seguir:

<sup>5</sup> Elias (2003: 50) se pauta na definição da Região de Ribeirão Preto/SP a partir da concepção de Região Concentrada do Brasil de Milton Santos, cuja característica fundamental é a adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital desde o início do processo de mecanização agrícola. Neste sentido, a autora abarca em sua análise municípios presentes ora na Região Administrativa Central, ora na Região Administrativa de Ribeirão Preto.

**Quadro 1:**  
**Produção Agropecuária em Toneladas (Região Administrativa de Ribeirão Preto) nos períodos de 1990, 2000 e 2010.**

Região Administrativa de Ribeirão Preto				
Ano	Café	Cana de Açúcar	Laranja	Total
1990	20.316	137.835.000	331.932	138.187.248
2000	17.621	189.040.000	239.860	189.297.481
2010	18.726	426.572.099	316.699	426.907.524

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE. Informação dos Municípios Paulistas. Fundação SEADE.

**Quadro 2:**  
**Produção Agropecuária em Toneladas (Região Administrativa Central) nos períodos de 1990, 2000 e 2010.**

Região Administrativa Central				
Ano	Café	Cana de Açúcar	Laranja	Total
1990	11.201	12.920.032	2.410.018	15.341.251
2000	5.137	19.720.798	3.304.607	23.030.542
2010	3.444	34.401.088	2.625.649	37.030.181

**Fonte:** Censos Agropecuários, IBGE. Informação dos Municípios Paulistas. Fundação SEADE.

Percebemos que ao longo das décadas a produção da cultura do café foi perdendo sua representatividade em ambas as localidades, enquanto que as culturas da cana de açúcar e da laranja tiveram um aumento da produção ao longo do tempo, com exceção produção de laranja na Região Administrativa Central que sofreu um decréscimo de 21% da produção em 2010, possivelmente ocasionada pelo surgimento de novos espaços produtivos como a Região Administrativa de Sorocaba que teve um aumento surpreendente de produção passando de 283.448 toneladas em 1990 para 2.347.246 em 2010. As novas reconfigurações dos espaços rurais e urbanos paulistas, nesta conjuntura, têm como impacto os redirecionamentos de fluxos migratórios relacionados ao trabalho rural nas culturas privilegiadas pelo agronegócio paulista. Sob esta circunstância, o desenvolvimento da *Cidade do Agronegócio* em muito se atrela aos movimentos migratórios que em conjunto com as agroindústrias acaba por redefinir os espaços urbanos.

A mudança da configuração do território paulista, de acordo com Silva (1998: 221) é proporcionada, então, pela passagem da civilização cafeeira que ditava o arranjo espacial baseado na complementaridade da cidade e do campo para a civilização da usina que torna homogênea a paisagem do campo, assim, a área rural fica aparentemente despovoada e coberta pela cana de açúcar, pela laranja e pelo café, enquanto a área urbana aumenta sua periferia e se caracteriza pelas *cidades dormitórias*. Em outras palavras, o inchamento das cidades paulistas e quicá as latino americanas, seria intermediado pela expulsão de grandes contingentes populacionais do campo, inicialmente para as grandes cidades e, posteriormente, a partir dos anos 1990, com o processo desconcentração populacional que beneficiou o crescimento da população urbana das cidades médias (Cano, 2003; Lattes, 1995; Rigotti, 2011).

**Quadro 3:**  
**População Rural, Urbana e Grau de Urbanização da Região Administrativa de Ribeirão Preto nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.**

<b>Região Administrativa de Ribeirão Preto</b>				
<b>Ano</b>	<b>População Rural</b>	<b>População Urbana</b>	<b>Total</b>	<b>Grau de Urbanização</b>
<b>1980</b>	76.938	577.856	654.794	88,25
<b>1990</b>	61.572	807.212	868.784	92,91
<b>2000</b>	38.996	1.019.656	1.058.652	96,32
<b>2010</b>	30.946	1.215.100	1.246.046	97,52

**Fonte:** Informação dos Municípios Paulistas. Fundação SEADE.

**Quadro 4:**  
**População Rural, Urbana e Grau de Urbanização da Região Administrativa Central nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.**

<b>Região Administrativa Central</b>				
<b>Ano</b>	<b>População Rural</b>	<b>População Urbana</b>	<b>Total</b>	<b>Grau de Urbanização</b>
<b>1980</b>	96.973	443.916	540.889	82,07
<b>1990</b>	84.613	622.433	707.046	88,03
<b>2000</b>	65.631	788.235	853.866	92,31
<b>2010</b>	47.255	904.153	951.408	95,03

**Fonte:** Informação dos Municípios Paulistas. Fundação SEADE.

A população rural, como se pode observar nos quadros acima, perdeu sua representatividade com o passar das décadas, sendo que o momento de maior decréscimo se dá na passagem do decênio de 1990 a 2000, no qual temos uma taxa de crescimento negativa de - 4,46% a.a da população rural na Região Administrativa de Ribeirão Preto/SP que passa 61.572 habitantes para 38.996, enquanto que na Região Administrativa Central o maior decréscimo se deu entre o período de 2000 e 2010, no qual a taxa de crescimento da população rural foi de - 3,23 % a.a., a região que em 2000 apresentava 65.631 habitantes, tinha em 2010, 47.255 habitantes, tendência que já se enunciava desde os anos 1990.

Já em relação à população urbana, inferimos que o crescimento da população se relaciona diretamente ao grau de urbanização, o qual nos permite acompanhar o desenvolvimento do processo de urbanização ao longo dos anos<sup>6</sup>. Nota-se, que apesar de ambas as regiões já se apresentarem na década de 1980 como urbanas, é entre os anos de 1980 e 1990 que ocorre o principal aumento do grau de urbanização. No caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto que na década de 1980 apresenta uma população urbana de 577.156 habitantes, em 1990 apresentava 807.212, enquanto o grau de urbanização passa de 88,25 para 92,91. Por fim, a Região Administrativa Central que possui uma população urbana em 1990 de 622.433, possuía em 1980, 443.916 habitantes.

Com isso, em síntese, aferimos novamente que as mudanças ocorridas no território paulista, remetem as modificações ocorridas essencialmente entre as décadas de 1960 e 1980. O aumento da concentração populacional nas áreas urbanas, assim como, a diminuição da população rural em ambas as regiões apresentadas, remetem as percepções de Silva (1999:

<sup>6</sup> O Grau de Urbanização expressa, em linhas gerais, a relação entre a população urbana e a população total.

222): “Houve, então, uma reestruturação espacial tanto em relação ao campo, como em relação às cidades. Reestruturação não entendida, aqui, com base no despovoamento de um e no povoamento do outro. Reestruturação econômica, espacial, cultural e social”. Ou seja, a transformação do espaço paulista se entrelaça aos fenômenos complementares da urbanização, da modernização agrícola, do processo de *caifificação* da agricultura e, finalmente, do surgimento e consolidação das *Cidades do Agronegócio*. A destruição das antigas vilas de trabalhadores nas fazendas paulistas constituídas a partir dos engenhos de cana e da economia cafeeira se associaria, então, a lógica de aumento da produtividade e a reconfiguração da divisão social do trabalho (Silva, 1999). Wanderley (2011: 46), sinaliza, que a intensificação do processo de expulsão de trabalhadores nas fazendas e engenhos, inicia-se a partir da década de 1960.

Entretanto, a prerrogativa de modernização da produção agrícola, representada pelos avanços tecnológicos e pela mecanização da agricultura, não se aplica para todo o processo produtivo. A colheita, em muitas culturas permanentes ou temporárias, e, em nosso caso, na laranja e na cana de açúcar, ainda perpetua de forma manual. Temos, assim, a coexistência do moderno com o atrasado, de forma, a observarmos uma relação de simbiose e organicidade (Oliveira, 1972 apud Wanderley, 2011). No que se refere ao trabalho rural, observa-se a substituição da mão de obra nativa pelos trabalhadores volantes (Wanderley, 2011: 47), particularmente a partir dos anos finais da década de 1990, com a modificação da *cartografia migratória* (Silva, 2008), a partir da inserção de novas origens (Estado do Maranhão e do Piauí), em resposta a intensificação do ritmo do trabalho no campo e a busca pela reposição da mão de obra.

A compreensão da presença da população migrante em São Paulo, relacionada aos trabalhos de colheita da laranja e corte de cana de açúcar, só se torna satisfatória ao levarmos em considerações o processo de expropriação gradativa que ocorre também nos Estados de origem. Na visão de Menezes (2009: 273), a migração se apresenta, em muitos casos, como estratégia de sobrevivência e reprodução social nos espaços de origem, pois, com a expropriação dos meios de produção da população rural a partir dos novos interesses do capital vinculados ao processo de modernização agrícola, em conjunto, a estagnação econômica de algumas localidades e, consolidação de políticas eficazes para a permanência do campo, se faz necessário recorrer ao assalariamento, ainda que temporário. Notamos a importância da migração como estratégia a partir do seguinte excerto da fala de Ana<sup>7</sup>, 25 anos, casada, e mãe de uma menina de quatro anos que nos contava anteriormente que conseguiu mobiliar sua casa em Jaicós/PI a partir do dinheiro proveniente da colheita da laranja em Matão/SP<sup>8</sup> em 2013, e ao ser questionada sobre as modificações na cidade piauiense ela nos responde:

(Mudou) bastante, antes de o pessoal descobrir Matão aqui. Aqui ninguém ganhava dinheiro não, hoje todo mundo tem moto, todo mundo tem suas coisas à modo de Matão. Por causa de Matão. (...) a gente vai voltar tenho certeza. Porque quando eu cheguei aqui e vi o povo tudo assim sem nada, sem emprego, sem nada eu falei: “Meu Deus!” Não, não dá! Tem que voltar mesmo.

---

<sup>7</sup> Todos os nomes dos entrevistados, sem exceção, foram trocados com o intuito de preservar sua identidade. Agradeço aqui a colaboração e paciência de várias pessoas que migram para a colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo que dividiram conosco suas histórias e trajetórias de vida.

<sup>8</sup> De acordo com estimativas institucionais (Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social e Pastoral do Migrante em Matão/SP) em média 3 mil jaicoenses se deslocam anualmente do Piauí para trabalharem na colheita da laranja no Estado de São Paulo. A cidade de Jaicós/PI contabilizava no último levantamento censitário 18.035 habitantes.

Entretanto, cabe a ressalva, que as motivações dessas pessoas para a migração não se resumem tão somente a possibilidade de obtenção de emprego, mas também, os benefícios que a “carteira assinada”, ou melhor, o emprego formal pode oferecer, especialmente, o Seguro-Desemprego que permite a assistência financeira temporária e, que condiciona o período e/ou tempo de migração. O projeto migratório de muitos trabalhadores rurais se fundamentaria, assim, considerando também o cálculo de quanto tempo precisam permanecer empregados formalmente no destino para obterem o benefício.

Na exposição de Ana, a frase “o povo tudo assim sem nada, sem emprego” se remete não somente a ausência de oportunidades no mercado como um todo, mas, de mesma forma, a dificuldade de obter a carteira assinada e conseqüentemente a garantia legal de receber um “salário mínimo”. Não foram raros os relatos de que a maior parte dos empregos formais gerados em Jaicós/PI se relaciona aos empregos públicos (Prefeitura Municipal, Saúde Pública, Escolas, etc) e ao comércio local. Contudo, a exigência de escolaridade para atuar nestes setores da economia se torna um empecilho para essas pessoas que em geral possuem poucos anos de estudo <sup>9</sup> (Silva, 1999; Maciel, 2013; Pereira, 2013). Neste, sentido, como pontua Maciel (2013: 93), o assalariamento rural pode se apresentar como uma forma de “escape” ao desemprego. A percepção de Matão/SP como *Cidade do Agronegócio* é delineada pela frase comumente utilizada pelos entrevistados de esta se comportar como um “local que corre dinheiro”. De fato, a cidade paulista possui um dos maiores *PIB per capita* da Região Administrativa Central, que em 2011 era da ordem de aproximadamente R\$ 63.000 e, apresentava 0,36 % de participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo e, em 2012, 1,5% de participação nas exportações paulistas (SEADE, 2011 e 2012). A economia matonense se fundamenta, essencialmente, no setor agroindustrial vinculado mais precisamente ao setor citrícola, abrigando desde 1960 a maior unidade do Grupo Fischer, que em conjunto com a Cutrale – localizada em Araraquara/SP –, produz mais de 70% do suco processado no país (Paulillo, Almeida e Mello, 2008). A zona industrial da cidade se inscreve de forma estratégica no espaço urbano ao se localizar próxima a Rodovia Washington Luís (SP 310) visando, potencialmente, um maior escoamento de produção e circulação de mercadorias e insumos. Além disso, ao que chamamos de empresas satélites (Pereira e Troiano, 2013: 88), ou seja, que destinam sua produção para as atividades agrícolas da cana de açúcar e laranja temos como destaque as metalúrgicas Baldan e Marchesan.

Elias (2003, 308), afere que a urbanização e o crescimento populacional da cidade se basearam no fortalecimento do Complexo Agroindustrial Citrícola que se faz hegemônico na criação de empregos, no pagamento dos melhores salários, no crescimento do poder público e na atração de migrantes rurais e urbanos. Ao analisarmos os vínculos do mercado formal da Região Administrativa Central (Gráfico 1) , percebemos facilmente que a maior parte das admissões se concentra nos meses de junho e julho (início da safra) e é representada pela agropecuária, impactando significativamente o setor industrial. De fato, Neves (2010: 66), destaca que ao considerarmos a cadeia produtiva da laranja, a cada emprego direto no campo geram-se dois indiretos ao longo da cadeia. Além disso, Neves (2010:67) aponta que:

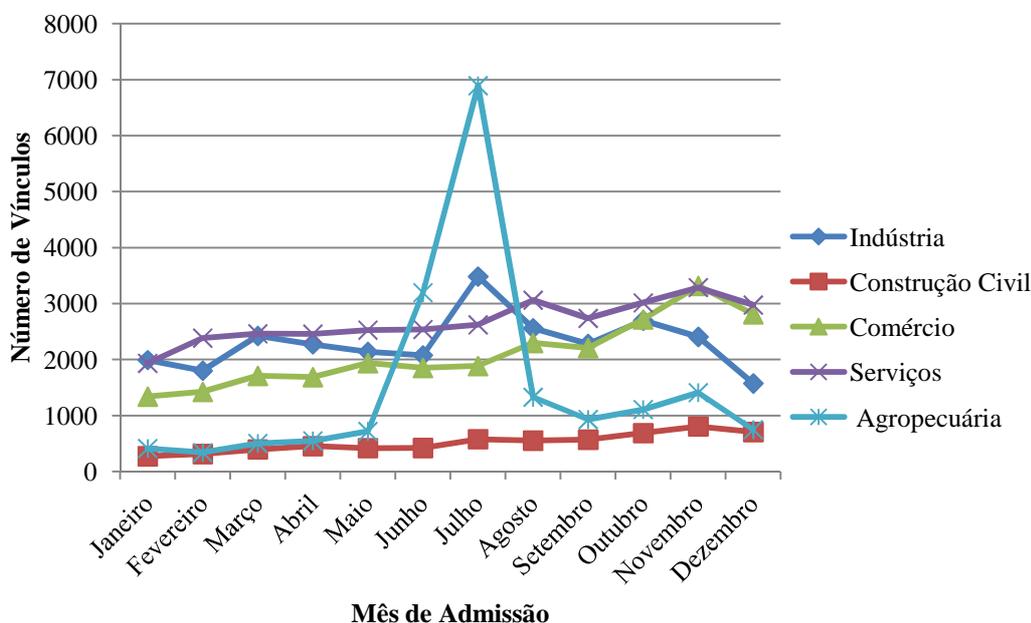
Nenhuma outra cultura absorve tamanha quantidade de trabalhadores temporários por hectare no estado de São Paulo como a citricultura. Nas plantações de cana, por exemplo, a razão é de um emprego temporário para cada 41 hectares cultivados, ao passo que no caso da laranja a razão é de um emprego para cada 9 hectares. Este dado mostra a importância do setor na

---

<sup>9</sup> A pesquisa de campo nos demonstrou que a educação não é sempre vista como um atrativo aos jovens. Além disso, a obtenção de emprego com um rápido retorno financeiro se comporta como incentivador ao abandono da escola, contudo, não podemos nos esquecer de que o acesso e garantia de uma educação de qualidade ainda é uma realidade restrita, apesar, das inúmeras políticas públicas elaboradas pelo Governo brasileiro.

geração de empregos no campo, que contribuem para a movimentação da economia de muitos municípios brasileiros, localizados em maior número no estado de São Paulo.

**Gráfico 1:**  
**Número de vínculos segundo mês de admissão e de acordo com os grandes setores do IBGE, na Região Administrativa Central, 2012.**



**Fonte:** Base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2012.

Por fim, as reconfigurações do espaço urbano também podem ser representadas pela organização da cidade em *locais de moradores* e *locais de migrantes* (Silva, 1999). Tal delimitação do espaço se dá a partir da concentração dos trabalhadores rurais da laranja em bairros específicos, cenário semelhante ao encontrado em São Carlos/SP (Maciel, 2013). Os bairros do Jardim Popular e Jardim do Bosque, em conjunto, ao Jardim Paraíso, abrigam grande parte destes trabalhadores como já demonstrado em trabalhos anteriores (Pereira e Pereira, 2011; Maciel e Pereira, 2012 e; Pereira, 2013). A escolha pela moradia nestes locais é condicionada as estratégias de obtenção de emprego, moradia e as redes sociais que dão sustentação a circulação destas pessoas entre a origem e o destino (Fazito, 2010: 92). São nestes locais que se encontram os turmeiros ou empreiteiros, responsáveis pela formação das turmas de colhedores de laranja, e, que se torna possível à efetivação de contratos informais de aluguel. Silva (2008: 176), nos chama a atenção, para o fato de que a moradia destes trabalhadores no destino se restringe na zona rural aos alojamentos, particularmente aos cortadores de cana, e, na área urbana aos pequenos cômodos. Outra divisão social entre o espaço do migrante e do morador é dada pela maior parte das residências destes trabalhadores se localizarem no fundo das casas (Pereira e Pereira, 2011).

Em suma, temos então, que a formação e consolidação das Cidades do Agronegócio, aqui exemplificada pelo caso de Matão/SP, se correlacionam a processos macroeconômicos e sociais globais como a modernização agrícola e a urbanização. De fato, Baeninger (2012: 65) evidencia que “(...) as migrações interestaduais de longa distancia e suas rotatividades são expressões de sua inserção na escala global”. Simultaneamente, percebe-se como as mudanças ocorridas no campo da produção agrícola, que se alinha cada vez mais a industrial, ainda se

fundamenta, particularmente, nas culturas exportáveis supracitadas, no trabalho manual efetuada, em sua maioria, por migrantes inter-estaduais. Sendo que o diálogo constante entre o ir e vir, o partir e o chegar, tanto na origem quanto no destino, proporcionado pelas conjunturas expostas e pelas estratégias de sobrevivência desta população, caracterizam estes trabalhadores rurais como pertencentes à categoria de migrantes *permanentemente temporários* (Silva, 1999 e 2008). No próximo tópico, pretendemos explorar o assalariamento rural vinculado à agroindústria canavieira e citrícola.

## **2. Do campo para a cidade, da cidade para o campo: Características do Assalariamento Rural nas culturas da Cana de Açúcar e da Laranja.**

De acordo com Maciel e Baeninger (2011), a condição de *trabalhador rural-urbano* é derivada de três fatores centrais: da impossibilidade de inserção nas atividades dos setores de serviços e industrial; das condições de trabalho mais valorizadas nas roças de laranja e pelo estabelecimento de uma relação anterior com o campo. Neste sentido, estaríamos nos referindo, de forma mais generalizante, aos indivíduos que estão alocados na colheita da laranja, café, goiaba e cana de açúcar e sendo residentes na área urbana se deslocam diariamente para fazendas localizadas em cidades vizinhas. Os projetos migratórios individuais ou familiares se correlacionam, potencialmente, com a tentativa de inserção do trabalhador nas culturas permanentes (laranja, café e goiaba) e/ou nas temporárias (cana de açúcar). A cultura permanente, em geral, possui uma maior abertura à mão de obra feminina e, assim sendo, configura uma pré-condição para a migração familiar de forma mais acentuada do que na cultura temporária. Silva (2008: 169) caracteriza a migração para o corte de cana, no interior do Estado de São Paulo, essencialmente masculina, na qual a mulher ora fica responsável pela manutenção da agricultura de subsistência na origem, ora acompanha o marido com os filhos para os cuidados com a casa e para o auxílio deste no destino.

Antes de analisarmos os Quadros 5 e 6, cabe esclarecer que os Trabalhadores Agrícolas na Cultura de Gramíneas se apresentam como categoria pertencente à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) que incluem os trabalhadores da cultura da cana de açúcar, da cultura do milho e do sorgo, e, da aveia, cevada, trigo e triticale, que aqui será adotada como uma *proxy* dos trabalhadores rurais do corte da cana de açúcar. Enquanto que a categoria prevista na CBO 2002 como Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura que abarca os trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, no cultivo de espécies frutíferas rasteiras e de trepadeiras frutíferas servirá, igualmente como *proxy* dos trabalhadores rurais da colheita da laranja<sup>10</sup>. Já a escolha pelos Vínculos Ativos em 31/12 na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) se dá pelo fato de que a unidade de enumeração é o vínculo empregatício, neste sentido, um mesmo indivíduo poderia estar sendo contado mais de uma vez, caso envolvêssemos todos os vínculos (ativos ou não) sob o escopo da análise. Entretanto, estamos cientes das eventuais perdas da representatividade destas categorias por estarmos lidando com vínculos empregatícios temporários de alta rotatividade, ou seja, que variam muito no decorrer do ano-safra<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Para maiores informações, acesse: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>

<sup>11</sup> Agradeço o auxílio na construção desta linha de pensamento e escolha metodológica à Silvana Queiroz da Universidade Regional do Cariri (URCA-Brasil), bem como, à Maria Emília Piccini Veras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

**Quadro 5:**  
**Vínculos Ativos de Trabalhadores Agrícolas (na Fruticultura e na Cultura de Gramíneas) na Região Administrativa de Ribeirão Preto em 2012.**

Sexo	Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura		Trabalhadores Agrícolas na Cultura de Gramíneas	
	Vínculos Ativos em 31/12	%	Vínculos Ativos em 31/12	%
<b>Homens</b>	805	80,90	6672	85,45
<b>Mulheres</b>	190	19,10	1136	14,55
<b>Total</b>	<b>995</b>	<b>100,00</b>	<b>7808</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais, 2012.

**Quadro 6:**  
**Vínculos Ativos de Trabalhadores Agrícolas (na Fruticultura e na Cultura de Gramíneas) na Região Administrativa Central em 2012.**

Sexo	Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura		Trabalhadores Agrícolas na Cultura de Gramíneas	
	Vínculos Ativos em 31/12	%	Vínculos Ativos em 31/12	%
<b>Homens</b>	7681	60,67	2970	79,22
<b>Mulheres</b>	4980	39,33	779	20,78
<b>Total</b>	<b>12661</b>	<b>100,00</b>	<b>3749</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais, 2012.

A partir disto, temos que na Região Administrativa de Ribeirão Preto, a maior concentração de vínculos ativos em 31/12 é por parte dos trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas (7.808 vínculos), sendo esta atividade essencialmente masculina (85,45% dos vínculos ativos). Os 995 vínculos ativos dos trabalhadores agrícolas na fruticultura, por sua vez, se caracterizam por uma maior presença feminina, 19,10% dos vínculos, enquanto na cultura de gramíneas visualizamos somente 14,55%. A Região Administrativa Central possui majoritariamente trabalhadores agrícolas na fruticultura, são 12.661 vínculos ativos em 31 de dezembro de 2012, destes 60,67% são referentes às homens e 39,33% às mulheres. Notamos, assim, uma maior abertura para a mão de obra feminina. No que se refere aos trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas, temos 3.749 vínculos ativos, sendo 79,22% representados pela população masculina e somente 20,78% de mulheres. Afere-se, portanto, que a Região Central possui o maior número de trabalhadores vinculados à fruticultura, e, assim sendo, concentra a maior parte da mão de obra feminina no campo, quando comparada a Região de Ribeirão Preto que possui a maior parte dos trabalhadores vinculados à cultura de gramíneas. Em outras palavras, enquanto a Região de Ribeirão Preto se caracteriza pela agricultura e produção agrícola voltada para a cana de açúcar, a Região Central é perpassada pela produção citrícola.

Tanto no caso da cana de açúcar, quanto na laranja, temos atores emblemáticos no que diz respeito à contratação dos trabalhadores realizada, majoritariamente, sob a figura do *gato* nos anos 1990, e, do *turmeiro* ou *empreiteiro* atualmente. Os empreiteiros são representados por ex- trabalhadores rurais e, muitas vezes, moradores do próprio bairro e, ilustram a presença onisciente da empresa assumindo, na maioria das vezes, uma postura contraditória que convive entre os interesses dos trabalhadores e das empresas (Silva, 2008: 174). O ‘sucesso’ do projeto migratório, se correlaciona, em algumas instancias a uma boa convivência e escolha de um bom *empreiteiro*. Um bom empreiteiro, de acordo com Maciel e Baeninger (2011: 3), seria então aquele que viabiliza melhores salários e boas condições de trabalho, ou

seja, que permite a concretização de parte do projeto de melhorar de vida. Os ‘melhores salários’, no caso da colheita da laranja, assim como na cana de açúcar são assegurados a partir da produtividade do trabalhador rural alinhada à valorização do preço da caixa de laranja ou da tonelada de cana de açúcar cortada.

Para Alves (2006: 91), a pressão por altas produções tende a ocasionar ora a invalidez do trabalhador rural e em alguns casos, principalmente no corte de cana, pode levar a morte. Não são raras as queixas relatadas por distintos trabalhadores entrevistados nas cidades de Matão, Dobrada, São Carlos e Ribeirão Preto nos últimos anos (ex: Silva, 1999; Maciel, 2013; Maciel e Pereira, 2012; Pereira e Troiano, 2013). Além disso, no momento da efetivação da contratação, é verificado, especialmente no caso de antigos trabalhadores, o histórico de produtividade e quantidade de atestados médicos que se relacionam a classificação de bons e maus trabalhadores perante os empreiteiros, gatos e/ou empresas. Em suma, entregar atestado ou faltar do trabalho por estar doente significa, não raramente, a “perda do dia trabalhado” que implicará em descontos na folha de pagamento. Sob este aspecto, a fala de Maria, 34 anos, que trabalhou entre os anos de 2006 a 2011, totalizando cinco safras na laranja em Matão/SP, sintetiza essa exposição:

Se você pegar atestado diminui o pagamento, ia no médico pegava atestado, o médico pedia exame. Eu conseguia fazer só aqui (em Jaicós/PI) . [Porque lá] atrapalhava muito porque perde dia, já perdi dia pra consulta e tem que perder outro pra fazer exame, outro pra mostra. Ai não ganhava nada na hora do acerto.

O trabalhador, então, se vê condicionado a manter um ritmo produtivo diário, ao mesmo tempo em que, não conta com a possibilidade de adoecer. Durante o trabalho de campo, ouvimos diversos relatos sobre o desenvolvimento de doenças respiratórias e alergias na pele, que são ocasionados segundo os colhedores pela exposição intensa aos agrotóxicos utilizados nos pomares; de lesões por esforço repetitivo (LER); dores de cabeça; e estados febris. Um forte indício de que a suposição destes indivíduos esteja certa é a proibição de entrada do suco concentrado brasileiro em território norte-americano, em decorrência, da acusação do uso de agrotóxicos acima do permitido<sup>12</sup>. Ademais, nos laranjais existem distinções entre os próprios trabalhadores no que se refere ao ritmo de produção ou produtividade de cada um. Sob este contexto, temos as categorias: ‘Aranha’ que representam os maus colhedores; os colhedores médios e o ‘Pai ou Mãe da turma’ que seriam os bons colhedores, ou seja, os que colhem em média 10 bags ou sacolões por dia, o que equivaleria de 100 a 150 caixas de laranja. Sendo que cada caixa de laranja pode pesar em média 35 kg. Diferentemente do cenário encontrado no trabalho do corte de cana, que tende a ser mais individual (Silva, 1999 e Alves, 2006), a colheita da laranja possibilita a configuração de divisões entre os ‘parceiros’ que se organizam a partir da tarefa de “derrubar” a laranja do pé, majoritariamente masculina, e pegá-la no chão o que fica a cargo das mulheres.

Cabe ainda exaltar a importância da modernização da agricultura no âmbito das relações de trabalho, em 1963, temos a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963) que regulamentou pela primeira vez as relações de trabalho no setor agrícola (Wanderley, 2013: 46), a partir deste momento, foram reconhecidos os direitos trabalhistas

---

<sup>12</sup> “Agrotóxico faz EUA rejeitarem suco brasileiro”, matéria do dia 27/01/2012, originalmente na Folha de São Paulo. (<http://www.viomundo.com.br/denuncias/agrotoxico-faz-eua-rejeitarem-suco-brasileiro.html>)

aos assalariados, fixadas as condições do exercício do trabalho agrícola e consolidadas as proteções especiais aos trabalhadores. Contudo, simultaneamente, a demanda por trabalho de forma inconstante característica da sazonalidade laboral nos canaviais e laranjais favoreceu a substituição dos moradores pelos trabalhadores volantes, representados, pela mão de obra migrante (Wanderley, 2013). Por outro lado, o trabalho temporário viabiliza o planejamento e a efetivação do retorno desses trabalhadores, o que é visto de forma positiva por essas pessoas já que esta forma de assalariamento rural permite a manutenção e reprodução de suas famílias na origem. Essas últimas ponderações buscam, assim, simbolizar a importância da percepção destes indivíduos como atores sociais que constroem ora individualmente ora coletivamente suas estratégias de sobrevivência e resistência.

## **Considerações Finais**

Dado que as migrações, o processo de urbanização, a mudança do padrão agrícola mundial, e a globalização atuam conjuntamente na reorganização espacial e populacional, o novo desafio, como propõe Baeninger (2012: 82), é a busca por caminhos teórico-metodológicos que aprofundem o fenômeno das migrações internas e suas correlações com o global. Ainda de acordo com Baeninger (2012: 82) a dinâmica interna das cidades e regiões se constitui como elemento fundamental para a constituição das migrações no processo de reestruturação produtiva e transnacional. Ademais, as motivações e decisões migratórias destes trabalhadores perpassam também a esfera individual, contudo esta permanece em constante diálogo com as transformações e mudanças no campo social. Assim, o diálogo estabelecido entre locais de origem e destino, entre trabalhadores e agroindústrias, entre o rural e o urbano se estabelece a partir de uma relação dinâmica de coexistência e co-dependência. De mesma forma, a apreensão dos deslocamentos espaciais da população envolvida no trabalho rural paulista pressupõe, portanto, a percepção da migração como uma categoria volátil condicionada a um dado espaço, tempo e comunidade. A utilização das referências espaciais e simbólicas dos indivíduos migrantes acerca da temporalidade do movimento se constrói em sintonia à possibilidade potencializada do retorno, ao mesmo tempo em que, a migração ou a ausência na origem torna estes indivíduos presentes socialmente a partir das reformas e transformações que são realizadas em suas propriedades e casas, seja no urbano ou no rural. Temos, portanto, que as Cidades do Agronegócio só podem ser compreendidas quando inseridas em um dado contexto e espaço, e, são impactadas diretamente pelos fluxos migratórios que ora reorganizam, ora reafirmam as configurações do espaço urbano. A convivência do moderno com o dito atrasado, dos avanços tecnológicos e da indústria química e do trabalho manual na colheita, de trabalhadores especializados com trabalhadores com baixas escolaridades reflete, por fim, algumas das desigualdades que sustentam um sistema econômico pautado na agro-exportação.

## **Referências Bibliográficas**

Alves, Francisco (2006), “Por que morrem os Cortadores de Cana?” *Em: Saúde e Sociedade*. V. 15. No 3.

Baeninger, Rosana (2011), “Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais”. Em Cunha, José Marcos (orgs). *Mobilidade Espacial da População:*

*Desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo*. Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas.

Baeninger, Rosana (2012), “Fases e Faces da Migração em São Paulo”. Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp. Campinas.

Brito, Fausto (2009), “As Migrações Internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes” . Em *Texto para Discussão no 366*. Setembro. Belo Horizonte: UFGM/Cedeplar.

Cano, Wilson (2002), *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas – Brasil. Editora Unicamp.

Cano, Wilson (2003), “Da crise ao caos urbano”. Em Gonçalves, M.F; Brandão, C. A; Galvão, A.C.F (orgs). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. Editora Unesp: ANPUR. São Paulo.

De Hass, Hein (2008). “Migration and development: a theoretical perspective”. In *Working Papers – Paper 09*. International Migration Institute. University of Oxford.

Durham, Eunice R (1984), *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo. 3ª Edição. Editora Perspectiva.

Elias, Denise. *Globalização e Agricultura* (2003), São Paulo. EdUSP.

\_\_\_\_\_, Denise e Pequeno, Renato (orgs) (2006), *Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Banco do Nordeste. Fortaleza.

\_\_\_\_\_, Denise e Pequeno, Renato (2007), “Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio”. Em *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém – Brasil.

Faria, Vilma. “Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil” (1991), Em *Revistas Novos Estudos CEBRAP*. No 29. São Paulo.

Fazito, Dimitri (2009). “Análise de Redes Sociais e Migração: Dois Aspectos Fundamentais do “Retorno””. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 25. No 72. Fevereiro.

Maciel, Lidiane Maria e Baeninger, Rosana (2011), “Assalariamento Rural no interior de São Paulo: Um estudo sobre migrações e identidade”. Em *Anais do 35º Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu. 2011.

\_\_\_\_\_, Lidiane Maria (2013), *O Sentido de Melhorar de Vida: Arranjos familiares na Migração Rural-Urbana para o interior de São Paulo*. Jundiá. Paco Editorial.

\_\_\_\_\_, Lidiane Maria e Pereira, Giovana G (2012), ““Idas e Vindas” de famílias de trabalhadores rurais na Região Central do Estado de São Paulo: Os Casos de Matão e São Carlos”. Em *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos de População*. Águas de Lindoia.

Martine, George (1980), “Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?” Em Moura, H (org). *Migração interna – textos selecionados*. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Fortaleza.

Martine, George e Camargo, Lísicio (1984), “Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes”. Em *Revistas Brasileira de Estudos de População*. V.1. n ½. Janeiro/Dezembro. Campinas.

Martine, George (1991), “A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?” Em *Revista Lua Nova*. No 23. São Paulo. Março.

Martins, José de Souza (1982). *Expropriação e violência*. Hucitec. São Paulo

Menezes, Marilda A. “Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste” (2010), Em De Godoi, E. P, Menezes, M. A e Marin, Rosa A (orgs). *Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias*. Vol II: Estratégias de Reprodução Social. São Paulo. Editora Unesp.

Neto, Martin M (2009), “De sucroalcooleiro a sucroenergético: a construção de um campo organizacional”. Em *Anais do 33º Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Caxambu.

Paulillo, L. F; Almeida, L.M. e Mello, F.O (2008), “A Coordenação Agroindustrial Cítrica Brasileira e os Novos Recursos de Poder: dos Políticos aos Jurídicos”. Em *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*.

Laplane, Mariano; Coutinho, Luciano e Hiratuka, Célio (orgs) (2003), *Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil*. Coleção Economia Contemporânea. Editora UNESP. São Paulo.

Lattes, Alfredo E. “Urbanización, Crecimiento Urbano y Migraciones em América Latina” (1995), En *Pensamiento Iberoamericano*, No 28 y Notas de población, No 62, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional.

Leite, Sérgio P. e Ávila, Rodrigo V. (2007), “Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina: Rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas”. Em *Revista de Estudos Rurais*. Rio de Janeiro. Vol. 45. N 03. Julho/Setembro.

Pereira, Giovana G. e Pereira, Osmar G (2011), “Migração ‘permanentemente’ temporária em Matão/SP: Famílias e Casas dos Trabalhadores Rurais”. Em *Anais do X Graduação em Campo – Seminários de Antropologia Urbana*. São Paulo.

Pereira, Giovana G (2013), “A dinâmica migratória e o Programa Bolsa-Família em Matão/SP”. Em Baeninger, Rosana e Dedecca, Claudio S (orgs). *Processos Migratórios no Estado de São Paulo: Estudos Temáticos*. Coleção Por dentro do Estado de São Paulo. Vol. 10. Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp). Campinas.

Pereira, Giovana G. e Troiano, Jéssica A (2013), “Os atores do rural paulista: um ensaio sobre a Região Central”. Em Baeninger, Rosana e Maciel, Lidiane M (orgs). *Região Central*. Vol. 12. Coleção Por dentro do Estado de São Paulo. Vol. 10. Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp). Campinas.

Póvoa-Neto , Helion e Ferreira, Ademir Pacelli (Orgs) (2005). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios*. Editora Revan/FAPERJ. Rio de Janeiro.

Rigotti, José Irineu Rangel. “Dados Censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas”. Em Cunha, José Marcos (orgs). *Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo*. Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas.

Santos, Milton (2012), *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6ª Edição. 1ª reimpressão. Edusp. São Paulo.

Singer, Paul (1980), “Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”. Em Moura, H. (coord). *Migração Interna: Textos selecionados*. Série Estudos Econômicos e Sociais, v. 04. Fortaleza.

Silva, Maria Aparecida Moraes (1999), *Errantes do Fim do Século*. Ed. UNESP. São Paulo.

Silva, Maria Aparecida Moraes (2008). “Expropriação da Terra, Violência e Migração: Camponeses Maranhenses no corte da cana em São Paulo”. Em *Cadernos Ceru (versão online)*. Vol. 19. No. 1.

(Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628> -Acesso em Maio/2011)

Vignoli, Jorge Rodríguez. ¿Qué deficiones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad? Em Cunha, José Marcos (orgs). *Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo*. Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Campinas.

Todaro, Michael P (1980), “A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos”. Em Moura, H. (coord). *Migração Interna: Textos selecionados*. Série Estudos Econômicos e Sociais, v. 04. Fortaleza.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (2011), *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Editora da Unicamp. Campinas.